

## **AS SOTAINAS POLÍTICAS E OS PROJETOS DE NAÇÃO NO CEARÁ OITOCENTISTA: OS PADRES NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1817-1842)**

**Cristina Fernandes Moreira Aguiar\***

### **1. A Igreja Católica e a formação do Estado no Brasil**

A estreita ligação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro tem raízes mais antigas que nos remetem ao nosso passado colonial e ultrapassam os limites que correspondiam ao território brasileiro. “Esta participação política do clero não foi um fenômeno brasileiro, mas esteve também presente em toda a América Latina.” (BERNARDES, 1986, p.26). Na verdade, são várias as razões que explicam a predominância de membros da Igreja Católica na vida política do nascente Estado brasileiro. Quando nos propomos a compreender qual foi o papel ocupado pelos padres na formação do Estado Nacional brasileiro é indispensável que relacionemos o contexto histórico que corresponde à atuação política desses sujeitos ao ambiente de reformas e de modernização dos Estados europeus que por sua vez está inserido no momento de crise do Antigo Regime e da aurora dos tempos modernos.

Esse cenário que marca a construção dos Estados Nacionais no Novo Mundo e à modernização dos velhos Estados europeus não deve ser entendido considerando-se tão somente as características gerais para toda a Europa. À maneira do historiador britânico E.P. Thompson<sup>1</sup>, que considera a História como sendo a ciência do contexto e do processo, a ideia é compreender tal conjuntura histórica como composta por características e aspectos que se deram de uma maneira heterogênea nas diversas regiões da Europa. Dessa maneira, para se estudar o processo que corresponde à construção do Estado no Brasil sob a ótica da atuação política do clero é mister considerar as especificidades que marcaram a crise do Antigo Regime para os povos de estirpe ibérica, particularmente os portugueses. Isso porque o

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas. Ed. Unicamp, 2001.

Iluminismo adotado pela reforma portuguesa guardou consigo algumas particularidades em relação ao que aconteceu em outras regiões da Europa como na França, berço do Iluminismo, e na Inglaterra, por exemplo. Em Portugal, o iluminismo teve como atores principais os religiosos, homens de igreja, enquanto que em outros países como na França e na Inglaterra esse processo foi conduzido por homens leigos, por pensadores livres. Dessa maneira, o Reformismo Ilustrado português guardou consigo a ambigüidade de tentar modernizar o Estado mesmo preservando estreitas ligações com a Igreja Católica, esta funcionando como uma importante aliada no processo de conquista de novos territórios no Novo Mundo.

*“Embora possamos falar de um quadro de categorias culturais comuns ao mundo europeu durante o Antigo Regime, devemos considerar as especificidades com que tais processos tomaram seu curso. Se as divisões religiosas inauguradas pela Reforma foram fundamentais para a abertura de um espaço secular de afirmação e ação no poder político, tomaram características diferentes nos contextos influenciados pelo cristianismo reformado e a Igreja Católica. A ofensiva contra reformista, que atuou fortemente nos países ibéricos, aliou Igreja e Monarquia na defesa da fé católica. Esta aliança atuou na manutenção do vínculo entre fé e lealdade política (...)” (LYRA JÚNIOR, 2012, p.11).*

O contexto dos Setecentos corresponde à ventilação de novas ideias em torno de reformas políticas e sociais onde o conhecimento passa a ser visto como uma forma de poder e a educação passa do ambiente doméstico à responsabilidade do Estado. Destarte, os intelectuais encontram-se em um ambiente extremamente favorável, assegurado pelos próprios valores em voga na Europa do século XVIII. Inclusive, este se constitui como um dos principais motivos os quais justificam a marcante atuação do clero no período que corresponde à emancipação política do Brasil. “Concomitantemente, o saber valorizava-se, como um instrumento útil para a ação prática da política”. (NEVES, 1984, p.78). Ora num ambiente de ampla valorização da cultura escrita e onde se tem uma grande parte da população analfabeta, o clero tendenciosamente se configurou como um personagem histórico de importância ímpar para a conformação da elite política do Brasil imperial, haja vista a preeminência desse segmento dentre os homens cultos do Brasil.

Para se compreender a ligação entre a Igreja Católica e a Política no Brasil, é necessário considerar dois aspectos fundamentais: o primeiro é observar, de uma maneira geral, a origem

social dos indivíduos que nessa época ingressavam nas Casas Legislativas e como eles se mantinham no poder e o segundo é exatamente a importância que a Igreja Católica tinha para a sociedade brasileira de então. Ambas as questões estavam interligadas uma vez que a investidura em cargos políticos, nesse período, normalmente estava associada à formação superior. Os diplomas eram importantes para a manutenção dos privilégios, pois, àquela época, a maioria dos brasileiros eram analfabetos e pouquíssimas pessoas, uma quantidade insignificante, chegava às universidades.

Segundo a fonte explicativa de José Murilo de Carvalho, são apresentados dados em que notoriamente se observa que os políticos os quais ocupavam altos cargos, como ministros e senadores, por exemplo, tinham formação superior. “No Brasil imperial, (...) a educação era a marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais.” (CARVALHO, 2006, p.79).

Assim sendo, almeja-se caracterizar essa elite através da relação que ela estabelece com o Estado brasileiro para se compreender a importância da Igreja, na pessoa dos padres, para a política imperial. De maneira que a Igreja Católica é aqui concebida como um segmento dessa elite imperial, segmento forte, centralizado que se une ao Estado e estabelece uma aliança consistente, sólida que irá reger o destino político do Império brasileiro durante anos. Todavia, é de suma importância perceber que a aliança entre a Igreja Católica e Estado não se estabelece de forma homogênea durante todo o Império. Produções historiográficas mais recentes<sup>2</sup> têm apontado diferenças no comportamento político dos padres que atuaram na primeira metade do século XIX em relação àqueles que atuaram na segunda metade do século. Para compreender tal proposição, mister se faz que compreendamos o comportamento político desses sujeitos a partir de suas formações eclesiásticas; podemos tomar como exemplo os padres os quais tiveram atuação política no Ceará na primeira metade do século XIX, cuja maioria, teve sua formação no Seminário de Olinda. Observando que tal seminário foi

---

<sup>2</sup> Sobre as pesquisas mais recentes em torno da atuação política dos padres no Brasil Império foram considerados para este projeto: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do Altar à Tribuna. Os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; REIS, Edilberto Cavalcanti. **Coronéis de Batina: a atuação do clero na política municipal cearense (1920-1964)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008 e CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. São Paulo, 2006.

concebido sob os moldes do Iluminismo português e, portanto trouxe reflexos próprios no que concerne ao comportamento político desses sacerdotes.

*“Acrescente-se a isto o fato de que um dos grandes efeitos da política pombalina no Brasil foi a formação de religiosos para os quais a atuação política se fizera natural, uma parte da vida eclesiástica. O Reformismo ilustrado português, inaugurado durante o governo do marquês de Pombal, foi marcado pela absorção de alguns princípios iluministas que levaram à adoção de uma política de reformas em questões pontuais, visando evitar o abalo das estruturas vigentes.”. (SOUZA, 2008, p.129)*

Caso comparemos aos padres formados em Fortaleza, particularmente, no Seminário da Prainha, já na segunda metade do século XIX, observaremos uma mudança de comportamento político, haja vista que a construção de tal seminário não foi planejada nos mesmos moldes do Seminário de Olinda, os projetos da Igreja Católica em relação à formação clerical eram diferentes e essa formação repercutia na relação entre Estado e Igreja. Nessa segunda metade do XIX, perceberemos a presença de um catolicismo mais conservador onde se pretendia manter uma relação mais próxima entre a Igreja Católica brasileira e o Vaticano. Era um momento em que a Igreja queria mais independência em relação ao Estado ao mesmo tempo buscava dar aos padres uma formação mais celibatária, portanto mais afastada das coisas seculares. Já em relação à primeira metade do século XIX, encontraremos padres mais identificados com a vida política e menos celibatários, onde não se visualizava consideráveis diferenças entre a vida secular e a vida religiosa, tais clérigos normalmente se casavam e constituíam famílias. Entretanto, consideremos tais características como sendo gerais, não podemos afirmar de antemão que determinado padre por ter exercido atividade política no Primeiro Reinado era revolucionário e que sua vida religiosa se confundia com a vida secular. A descrição feita acima comporta os aspectos gerais relacionados à atuação política de clérigos católicos, não contemplando, portanto, casos mais específicos.

## **2. Os padres políticos e a Província do Ceará**

Ademais, a dominação colonial no Brasil foi marcada pelo papel singular exercido pela Igreja no sentido de penetrar nos diferentes rincões do território na tentativa de levar a fé católica aos nativos. “...em função da atrofia da estrutura burocrático-administrativa do Estado

português na sua colônia americana, a autoridade religiosa fez-se mais presente junto à população local, principalmente do interior, comparativamente à presença da autoridade civil laica”. (SOUZA, 2008, p.128). É importante destacar que uma das primeiras ações dos portugueses ao estabelecer contato com os nativos era fincar uma cruz no solo e celebrar uma missa. Mesmo depois de o Brasil tornar-se independente de Portugal, a relação entre Igreja e Estado mantinha-se de maneira estreita. Em função do chamado Padroado Régio<sup>3</sup>, os padres acumulavam as funções de membros da Igreja e também de funcionários públicos. Isso porque àquele momento as instituições eclesiásticas estavam subordinadas ao mesmo tempo à Igreja e ao Estado e deste dependia sua sustentação. “A Igreja ao tempo da descoberta era umbilicalmente ligada à coroa portuguesa”. (INESP, 2009, p. 41). Basta dizer que era o imperador quem nomeava párocos, bispos e até estipulava os valores dos ordenados dos clérigos. Ademais, é indispensável atentar para o fato de que o Catolicismo era a religião oficial do Brasil, assegurada pela própria Constituição de 1824, e os não católicos eram tratados como cidadãos de segunda classe.

Entretanto, é importante salientar que a trajetória política dos padres ora pesquisados não seguiu um percurso linear. Suas atuações são melhor caracterizadas pela descontinuidade, por fragmentação, isso se considerarmos seus projetos, aquilo que eles defendiam para o Estado brasileiro naquele momento. Tal assertiva pode ser comprovada, quando analisamos, por exemplo, o comportamento político do padre Mororó, que na Revolução de 1817 torna-se um importante aliado do Governador Manuel Ignácio de Sampaio no combate aos patriotas<sup>4</sup> e em 1824 ele mesmo assume a postura de patriota tornando-se um dos revoltosos da Confederação do Equador.

*“Faz-se opositor do movimento nascido em Pernambuco, o que, reitera-se, não encontra justificativa outra senão a amizade e a gratidão que prestava a Sampaio, considerando as suas convicções iluministas. As quais, reitera-se por igual, não podiam manifestar-se no contexto tradicionalista-monárquico de forma bastante afirmativa”* (MONTENEGRO, 1985, p. 61).

---

<sup>3</sup> O Padroado foi uma espécie de acordo estabelecido entre a Igreja Católica e os reinos, sobretudo de Portugal e Espanha, onde a Igreja delegava aos reis o poder de administrá-la em seus domínios.

<sup>4</sup> Era como se autodenominavam os republicanos que participaram tanto da Revolução Pernambucana em 1817 como da Confederação do Equador em 1824.

Podemos citar ainda o famoso padre Martiniano de Alencar, cuja trajetória política foi sobejamente marcada por uma variedade de posturas políticas; de patriota em 1817 e em 1824, de Monarquista Constitucional em 1823, de Liberal Moderado enquanto deputado geral entre 1830-33, dentre outros. Essa heterogeneidade no que diz respeito ao comportamento político do clero nos leva a perceber que a identidade política desses sujeitos não se confundia com suas identidades religiosas, tornando-se, portanto um grupo político marcado pela heterogeneidade.

Considerar essa característica heterogênea em relação ao comportamento político desses padres é indispensável para que eles sejam abordados como sujeitos históricos, como homens de seu tempo. Tratá-los como meros representantes da Igreja Católica seria desconsiderar a variedade de posturas políticas assumidas por eles e ao mesmo tempo desconsiderar as experiências e práticas sociais as quais caracterizavam o universo político correspondente aos primeiros anos do período oitocentista. Dessa maneira, estudar padres no Brasil Monárquico, particularmente no Ceará, é se deparar com uma gama de sujeitos e com diversas correntes políticas. Portanto, para evitar problemas de ordem metodológica, para o caso específico desta pesquisa, nos propomos a estudar as práticas políticas de quatro padres que, segundo nossa proposição, podem representar muito bem a importância política desses sujeitos para o Ceará, considerando, o contexto sociopolítico correspondente à Primeira metade do século XIX. Abaixo, temos algumas informações acerca da trajetória política percorrida por esses quatro sacerdotes. São eles:

**Gonçalo Inácio Loiola de Albuquerque e Mello (Padre Mororó)**- Patriota em 1817 e 1824. Sua atuação se deu principalmente nas Ribeiras do Siará, Quixeramobim e em Fortaleza. Formado pelo Seminário de Olinda em 1802. Foi condenado a morte em 1824 durante a Confederação do Equador.

**José Martiniano de Alencar**- Patriota em 1817 e 1824. Foi deputado pelas Cortes de Lisboa, Deputado Constituinte em 1823, Deputado Geral entre 1830-1833, Presidente da Província e Senador. Formou-se no Seminário de Olinda. Áreas de atuação principalmente no Cariri (berço de sua família) e em Fortaleza.

**José da Costa Barros-** Patriota durante a Confederação do Equador. Deputado Provincial durante três legislaturas seguidas, entre 1835 a 1841. Não encontrei registros acerca de sua formação religiosa. Áreas de atuação na Ribeira do Jaguaribe e Aracati.

**Manuel Pacheco Pimentel-** Patriota em 1817 e 1824. Foi Deputado Constituinte em 1823, Deputado Geral entre 1830-1833 e Deputado Provincial entre (1835-37) e (1838-39). Não encontrei registros acerca de sua formação religiosa. Áreas de atuação na Ribeira do Acaraú, Sobral e Ibiapaba.

Ademais, é importante perceber que além das variações quanto à formação religiosa, o nível de participação política do clero também sofrerá variações do ponto de vista quantitativo. Há um momento em que essas *Sotainas Políticas*<sup>5</sup> perdem espaço no cenário da política nacional ao mesmo tempo em que outros atores os substituirão em importância que são os bacharéis em Direito. “A cena simbolizava bem o final da luta: a vitória do magistrado sobre o padre, da ordem sobre a rebeldia, da centralização sobre a descentralização”. (CARVALHO, 2006, p. 191).

Considerando-se que no Brasil o processo de emancipação política e a construção da unidade nacional não coincidiram, aconteceram em momentos distintos, a diminuição da importância política desses sujeitos se deu exatamente no momento em que a unidade política se consolidava, ou seja, já no segundo quartel do século XIX. “As rebeliões de 1842 provocaram propostas na Câmara conservadora no sentido de proibir a participação política dos padres”. (CARVALHO, 2006, p.186). Considerando-se que a partir desse período, percebe-se com muita notoriedade uma sensível diminuição da participação política desses clérigos católicos em todo o Brasil, de forma que estabelecer relações entre política e padres encontra na primeira metade do século XIX um momento bastante profícuo. “O papel do clero no processo de nossa emancipação não se limitou à difusão de suas ideias liberais, por vezes até revolucionárias e radicais; também tiveram sua função na inovação das técnicas rurais e nas tentativas de pragmatismo ilustrado de modernização da colônia e do Império”. (DIAS, 2005, p. 93).

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada por Octávio Tarquínio de Sousa para intitular um dos capítulos que faz parte do 9º volume da coleção *História dos Fundadores do Império do Brasil*.

Ademais, é importante também considerarmos a organização político administrativa da Província do Ceará no período pesquisado. Assim sendo, segundo a destacada publicação acerca das Leis Provinciais cearenses, o professor Doutor Almir Leal, advoga em seu trabalho que: “Até a metade do século XIX não havia uma unidade político-administrativa no que hoje se chama de Ceará”. (OLIVEIRA, 2009, p.17). Deve-se, portanto, ressaltar que a Independência brasileira foi um complexo e moroso processo em que os reflexos daquilo que foi projetado na Corte fluminense ecoou de um modo diferente nas várias regiões do Brasil. De forma que, para este estudo, pretendemos perceber a importância que a Igreja Católica, na pessoa dos padres, exercia nesse estratégico momento de construção de uma identidade nacional, aliando as peculiaridades locais, as quais caracterizaram o processo de independência a nível provincial, às diferentes posturas políticas adotadas por esses sacerdotes. Essas particularidades no que tange à participação dos padres na vida política do Ceará nos incita a explorar mais profundamente tal temática.

*“Pode-se dizer que o Catolicismo no Ceará, religião hegemônica até pouco tempo atrás, é filho dos aldeamentos. O sucesso foi tamanho que no século XIX e na primeira metade do século XX, o Ceará era considerado o Estado mais católico do país. (...) Não é por acaso que as quatro figuras mais proeminentes do panorama católico do Nordeste sejam todos cearenses: Padre Ibiapina e Antônio Conselheiro no século XIX, Padre Cícero e D. Helder Câmara no século XX”.* (HOORNAERT, 2002, p.71)

É bem verdade que a marcante atuação desses clérigos católicos na política durante o período oitocentista não é algo marcante apenas para as Províncias do Norte, contudo é interessante dizer que tais Províncias, durante o citado período da história, destacam-se de forma relevante e dentro desse destaque a Província do Ceará exerceu importante papel. Por exemplo, de acordo com as informações fornecidas pela coleção *O Clero no Parlamento brasileiro*<sup>6</sup>, na Constituinte de 1823 a Província que mais elegeu membros do clero foi a do Ceará, ou seja, de oito representantes no total, cinco deles eram padres, correspondendo a 62,5% dos representantes eleitos.

---

<sup>6</sup> BRASIL, Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O Clero no parlamento brasileiro**. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, v. I.1978.

Caso nos voltemos para o cenário que corresponde à Assembléia Provincial, o mesmo fato se repete, percebe-se um grande número de padres deputados<sup>7</sup>. Consideremos, ainda, dois fatos importantes; primeiramente, que os clérigos juntamente com os magistrados e funcionários públicos estavam entre as classes que mais conseguiam se reeleger, dentre os quatro padres que constituem instrumento de nossa análise, podemos destacar Manuel Pacheco Pimentel com dois mandatos consecutivos e José da Costa Barros com três mandatos consecutivos. Um segundo fato a ser considerado é que durante o Ceará provincial 10 sacerdotes ocuparam a presidência do Poder Legislativo, inclusive, a primeira sessão legislativa da assembléia foi presidida pelo padre Martiniano de Alencar, à época, Presidente da Província.

Dessa maneira, reconhecemos os aspectos quantitativos e qualitativos da atuação política do clero durante o Brasil monárquico, todavia nos propomos a compreender essa participação especificamente no Ceará atentando para as nossas peculiaridades no que concerne à construção do Estado Nacional, haja vista que o percurso por nós trilhado não foi o mesmo seguido pelas Províncias do Sul, por exemplo.

*“Neste novo mundo de incertezas, senhores de vilas e terras, há séculos acostumados ao mando quase sem limites em suas localidades, que exerciam por concessão de mercês do governo metropolitano as funções de Estado em suas vilas, encontraram nas ideias ilustradas justificativas para as suas “liberdades” em oposição a uma força centrípeta que emergira do Rio de Janeiro, e, sem abrirem mão da escravidão ou de seus privilégios materiais, levantaram a bandeira do Liberalismo, do Federalismo, República”.* (ARAÚJO, 2012, p.41)

Quando tocamos no quesito referente à construção de uma identidade nacional no âmbito provincial é indispensável que toquemos na força de grupos locais, representados por famílias, existentes em todas as ribeiras do Ceará. Esses grupos locais, que, diga-se de passagem, tinham função de mando, normalmente se aliavam a outros grupos de outras regiões da província formando assim verdadeiras teias de alianças.

É importante compreender que o Estado para se fazer presente nas vilas precisava manter alianças com as parentelas, ou seja, para estabelecer a ordem e a unidade era

---

<sup>7</sup> Na assembléia provincial do Ceará, a presença de padres sobre os demais segmentos políticos prevalece até a Quarta Legislatura (1842-1843); gradativamente, estes irão perder espaço para os magistrados e funcionários públicos. Para mais detalhes quantitativos em torno da atuação desse segmento político ver: PAIVA, Maria Arair Pinto. **A Elite Política do Ceará provincial**. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1979.

fundamental que o governo reconhecesse a importância das elites locais de modo que o processo de construção do Estado Nacional brasileiro no Ceará foi marcado por arranjos entre o Poder Institucional e o Poder familiar. Esses arranjos foram, pois, indispensáveis para que o governo pudesse fazer-se presente nos sertões. “O Estado então, para fazer-se presente nas vilas, precisava das parentelas, ou melhor dizendo, este fazia-se representar na ação de um determinado grupo de parentelas. E estas, por sua vez, exerciam as funções de Estado, muitas vezes, apropriando-se do discurso de ordem para atender seus interesses locais” (ARAÚJO, p.21, 2012). Outrossim, é importante ainda reconhecer que desde os primórdios da colonização portuguesa essas alianças entre o governo e os vários segmentos da sociedade se constituíam como um importante recurso utilizado pela Coroa para manter a ordem e o controle sob a população local; dessa maneira, o Estado brasileiro, já independente de Portugal, durante o Império, para fazer-se presente de forma efetiva em todas as porções do território, no caso específico do Ceará, em todas as ribeiras, adota esse mesmo comportamento, ou seja, distribui cargos e funções entre grupos familiares, por exemplo.

*“... nas diferentes partes onde o domínio português se fez presente, esteve sempre associado às dinâmicas dos processos de formação, manutenção e reprodução de elites locais poderosas que, ao assumir o estatuto de vassalos ou aliados ao rei lusitano, atuavam como instrumentos de viabilização e manutenção do domínio português estabelecido localmente, ao mesmo tempo em que buscavam impor, reforçar e legitimar o seu próprio poderio sobre as populações locais.” (GOMES, 2009, p.72),*

E é exatamente quando tocamos nessas alianças entre grupos locais, entre famílias, que novamente atentamos para a importância dos padres políticos. Para isso, podemos citar Martiniano de Alencar, líder de um dos mais importantes clãs familiares do Ceará, que foi a Família Alencar; observemos ainda, o padre Manuel Pacheco Pimentel, um importante organizador de lideranças na Região Norte da Província e em toda a Ribeira do Acaraú, inclusive, tendo como um dos seus mais importantes inimigos a Família Mourão, importante parentela da referida Ribeira e que se identificava com os ideais conservadores mantendo relações amigáveis com as famílias Fernandes Vieira e Gomes Parente, por exemplo, de modo

que os interesses desse grupo familiar não se coadunavam com os ideais liberais do padre Pacheco<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Para melhor compreender a relação entre o Padre Pacheco Pimentel e a família Mourão consultar: Memórias de Alexandre da Silva Mourão, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XLI, 1927 e MACEDO, Nertan. **O Bacamarte dos Mourões**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Quando a Ordem chegou ao Sertão: as relações entre o Estado Imperial e as elites da região do Acaraú – Ceará (1834-1846)**. Dissertação de Mestrado. 2012.

ARARIPE, J. C. Alencar. **Alencar, o padre Rebelde: conspirador com olhos de lince e vôos de águia**. Fortaleza: Séc. de Cultura e Desportos, 1995.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Um império entre repúblicas: Brasil século XIX**. 3ª edição – Global editora – São Paulo: Global Ed., 1986.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O Clero no Parlamento brasileiro**. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, I Vol. (Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823).

\_\_\_\_\_. Centro de Documentação e Informação. **O Clero no Parlamento brasileiro**. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, III Vol. (1830-1842).

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. São Paulo, 2006.

CEARÁ. Assembléia Legislativa. Memorial Pontes Neto. **Os Clérigos na Assembléia Provincial do Ceará 1834-1889**. Fortaleza-Ceará, INESP, 2008.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Annabule, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FELDMAN, Ariel. **A construção do Estado e da Nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)**. Revista Aulas. Dossiê identidades nacionais; n. 2, out.-nov. 2006.

FELIX, Keile Socorro Leite. **“Espíritos Inflamados”**: A Construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará. (1817-1840). Dissertação de Mestrado. 2010.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista**. 2009. 358f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850**. Revista Almanack Braziliense. N° 07. Maio de 2008.

HAUCK, João Fagundes. **História da Igreja no Brasil** (Segunda Época). Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico; 2. volume: Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

HOORNAERT, Eduardo. Aldeamento e Catequese. In: CHAVES, Gilmar (Org.) **Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

LYRA JÚNIOR, Marcelo Dias. **Arranjar a memória, que ofereço por defesa**: cultura política e jurídica nos discursos de defesa dos rebeldes pernambucanos de 1817. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: discurso e prática católicos**. Fortaleza, Edições UFC, 1987.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Padre Mororó: o político e o jornalista**. Fortaleza, BNB / ACI, 1985.

NEVES, Guilherme Pereira das. **O Seminário de Olinda: educação, cultura e política**. 1984. Dissertação (Mestrado de História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984. 2v.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A Construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais.** In: Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceara – compreendendo os anos de 1835 e 1861 pelo Dr. Jose Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A Elite Política do Ceará provincial.** RJ, Tempo brasileiro, 1979.

REIS, Edilberto Cavalcanti. **Coronéis de Batina: a atuação do clero na política municipal cearense (1920-1964).** 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **A Assembléia Constituinte de 1823.** Petrópolis: Vozes, 1974.  
\_\_\_\_\_. **Independência: revolução e contra-revolução.** 1. volume: Evolução Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó.** Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1960. (História dos Fundadores do Império do Brasil).

\_\_\_\_\_. **Fatos e Personagens em Torno de um regime.** Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1960. (História dos Fundadores do Império do Brasil).

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do Altar à Tribuna. Os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841).** 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos *padres-políticos* no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro.** Revista Almanack Braziliense. N° 08. Novembro de 2008.